



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

EDITAL
DE
CREDENCIAMENTO Nº 005/2012

O Município do Rio Grande comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, no período de **19/11/2012 à 04/12/2012**, das 13:00 hs as 17:30 hs, na Central de Compras, sito à Rua Marechal Floriano nº 458, para fins de CREDENCIAMENTO, de pessoa jurídica ou física para a contratação dos serviços de exames especializados, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do município do Rio Grande.

1. DO OBJETO

1. O presente credenciamento busca a contratação de pessoa jurídica ou física para a contratação dos serviços de exames especializados, a fim de atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do município do Rio Grande. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA anexo .

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1.As pessoas jurídicas ou físicas interessadas em prestar os serviços de execução de exames especializados no Município do Rio Grande, deverão apresentar os documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou pelo servidor encarregado da recepção dos mesmos.

2.2. Os valores são estimados para pessoa jurídica, em caso de pessoa física, os valores citados conterão o somatório referente aos encargos previdenciários.

3. DOCUMENTOS PARA PESSOAS JURÍDICAS

3.1. Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;

3.2. Cartão do CNPJ;

3.3. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

3.4. Certidão de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

3.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

3.6. Alvará de localização fornecido pelo Município da sede da pessoa jurídica;

3.7. Alvará de Funcionamento (saúde), segundo legislação vigente;

3.8. Declaração emitida pela proponente, na qual tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, condições de credenciamento e valores descritos neste Edital, em papel timbrado da empresa e assinado por pessoa autorizada

4. DOCUMENTOS PARA PESSOAS FÍSICAS

4.1. Declaração de Compromisso de Prestação e de disponibilidade de carga horária, compatível com a conveniência dos usuários do SUS, considerando-se o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município;

4.2. Carteira de identidade;

4.3. CPF;

4.4. Título de especialização reconhecido pelo MEC;

4.5. Registro no Conselho Regional de Medicina;

4.6. Certidão negativa de débito com o Município do domicílio do interessado;

4.7. Comprovantes de recolhimento do INSS como contribuinte individual dos últimos 12(doze) meses ou período de contribuição quando esse for inferior a 12 (doze) meses;

4.8. Alvará de localização fornecido pelo Município sede do estabelecimento(consultório) do prestador.

4.9. Alvará de Funcionamento (saúde), segundo legislação vigente;

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.O prestador dos serviços deverá disponibilizar os equipamentos, materiais e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades.

5.2. É vedado o trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município;

5.3. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

serviços pelos credenciados, podendo proceder o descredenciamento, em casos de má prestação;

5.4. O credenciamento, configurará uma relação contratual de prestação de serviços;

5.5. Os valores não poderão exceder o teto máximo de quantidades por mês estimado na tabela.

5.6 As empresas deveram apresentar em suas propostas para a avaliação, além do valor do exame a capacidade **mensal** para cada procedimento.

5.7. Havendo mais de uma empresa interessada no mesmo item, com sedes em municípios diferentes, os exames somente serão encaminhados, após ultrapassar a cota máxima da empresa com sede mais próxima de Rio Grande.

5.8. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providencias jurídicas cabíveis para cancelamento do contrato.

5.9. caso haja, mais de um prestador interessado, a quantidade de exames poderá se mantida, ampliada ou dividida, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador, e a necessidade técnica e capacidade financeira da SMS.

5.10. Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

5.11. O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O CREDENCIANTE realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que designará servidor para tanto, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do(a) CREDENCIADO(a) na prestação do serviço, objeto desse Termo;

7. DA RESCISÃO

7.1. Rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

b) por solicitação do(a) CREDENCIADO(a);

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento da condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O valor unitário, por exame, será de acordo com o Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA, irrealizável até o período de um ano após assinatura do contrato.

8.2. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados por encaminhamento do Município.

8.3. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo.

8.4. Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação.

9. DO PESSOAL DO CREDENCIADO

9.1. É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

10. DO PRAZO

10.1. O prazo de vigência do contrato de credenciamento será até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério do credenciante, por igual período até o limite máximo permitido pela Lei nº 8.666/93,

11. FORMALIZAÇÃO

11.1. O credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

12. INFORMAÇÕES

12.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Central de Compras, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 458, ou através do site www.riogrande.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

12.1.1 Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I - Termo de referência

Anexo II – Minuta do contrato

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Central de Compras (3233-8417 ou 3231-1162), até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos.

12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação do credenciamento, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar o credenciamento que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar o presente credenciamento sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissa prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 19 de Novembro de 2012.

Regimar Hernandez da Rosa

Gerente de Compras e Licitações Públicas